

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VALDINÉA PEREIRA DE SOUZA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA EM DOIS
CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CURITIBA

2013

VALDINÉA PEREIRA DE SOUZA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA EM DOIS
CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no curso de Pós Graduação em Docência na Educação Infantil, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profa. Dra. Adriane Knoblauch

CURITIBA

2013



DECLARAÇÃO

Declaro ter aprovado e estar de acordo com a versão final do trabalho monográfico apresentado pela aluna Valdinéa Pereira de Souza, intitulado "ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA EM DOIS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL", junto ao Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, pela parceria MEC/UFPR, e que este cumpre os critérios para ser protocolado como um dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Professor Orientador

Adriane Knoblauch

Data, 22 de outubro de 2013.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me mostrar que nenhum obstáculo é grande demais quando confiamos Nele.

Agradeço a Profa. Dra. Adriane Knoblauch e a amiga Luciane Capponi por dividirem comigo seus talentos.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a Mariana, Maurício, Cleber, Augusto e Hendrick, crianças que me tornarem uma professora melhor. Com eles tive o privilégio de conviver e aprender.

Ao meu esposo Gerson por compreender minhas ausências e incentivar meus estudos.

Eu queria uma escola que cultivasse
a curiosidade de aprender
que é em vocês natural (...)

Eu queria uma escola que lhes ensinassem
tudo sobre a natureza
o ar, a matéria, as plantas, os animais (...)

Eu queria uma escola que lhes ensinassem
a usarem bem a nossa língua,
a pensarem e a se expressarem com clareza (...)

Eu queria uma escola, que desde cedo
usasse materiais concretos para que vocês
pudessem ir formando corretamente os conceitos matemáticos
os conceitos de números, as operações....
pedrinhas... só porcariinhas!
fazendo vocês aprenderem brincando (...)

Oh! Meu Deus!
Deus que livre vocês de uma escola
em que tenham que cobrir pontos (...)

Deus que livre vocês de aceitarem
conhecimentos prontos
mediocrementemente embalados
nos livros didáticos descartáveis (...)

Eu também queria uma escola,
que ensinasse a conviver, a cooperar,
a respeitar, a saber viver
em comunidade, em união (...)

Que lhes desse múltiplos meios
de vocês expressarem cada sentimento,
cada drama, cada emoção.

Ah! E antes que eu me esqueça:

Deus que livre vocês de um professor
incompetente.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A presente pesquisa aborda o tema Alfabetização e Letramento na Educação Infantil: uma reflexão sobre a prática educativa em dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) do município de Colombo no Paraná. Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre o papel do professor na produção escrita da criança de Educação Infantil conceituando alfabetização e letramento e discutindo práticas pedagógicas voltadas à linguagem oral e a linguagem escrita tendo como base teórica os autores: BAPTISTA (2010); BRITTO (2005); SOARES (2004; 2011; 2012); FERREIRO (2011); TFOUNI (2006); KRAMER (2001) e os documentos elaborados pelo Ministério da Educação - MEC (BRASIL 1998; 2006; 2009; 2010). O foco da pesquisa foi as práticas pedagógicas dos profissionais da Educação Infantil voltadas para a linguagem oral e escrita. Os dados foram coletados a partir de observações, entrevista e questionários. Os profissionais foram observados no ano letivo de 2012 em visitas periódicas. Após análise dos dados, observa-se que o trabalho com a linguagem escrita tem a intenção de domínio do código escrito e de sua transcrição, que as práticas pedagógicas desenvolvidas em ambos os CMEIs são, na sua maioria, de aspectos mecânicos da alfabetização desprovidos do letramento e desconsideram os eixos norteadores da Educação Infantil: as interações e as brincadeiras.

Palavras-chave: práticas pedagógicas; educação infantil; alfabetização e letramento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	11
1.1 A Educação Infantil no Município de Colombo - Paraná	17
2. A LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	21
2.1. O que diz a Lei que norteia a Educação Infantil	21
2.2. O que dizem os autores	22
2.3 A prática com escrita na Educação Infantil	24
3. A PESQUISA	26
3.1. A Educação Infantil nos Centros Municipais de Educação Infantil “A” e “B” no município de Colombo no Paraná	26
3.2 O que foi observado.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49
ANEXO I Questionário: Coleta de Dados - Profissionais da Educação Infantil	51
ANEXO II – Entrevista com os Profissionais da Educação Infantil.....	53
ANEXO III – Questionário: Práticas de Leitura e Escrita	54

INTRODUÇÃO

Conclui o curso de Magistério em 1996 e no ano seguinte cursei Estudos Adicionais na área de Educação Infantil por me interessar pelo trabalho com as crianças pequenas. No ano de 2003 me graduei em Pedagogia e hoje estou na minha terceira especialização, todas na área da educação. Comecei minha vida profissional na Educação Infantil em instituições particulares e em 1999 ingressei na rede pública, porém no Ensino Fundamental.

Em 2010 fui convidada para compor a Equipe de Ensino do município de Colombo, assumindo o cargo de Pedagoga do Ensino Fundamental. Em 2011 iniciei o curso de Especialização na Docência em Educação Infantil e logo passei a atuar como pedagoga da Educação Infantil.

As práticas pedagógicas realizadas com a criança voltadas para a linguagem oral e escrita foram uma preocupação desde o início do meu trabalho, tornando a discussão e os questionamentos quanto a essas práticas muito frequentes.

Não há dúvidas que a escola tem papel fundamental na formação do indivíduo e que esta formação já começa muito antes do Ensino Fundamental, daí o motivo pelo qual a Educação Infantil ser entendida como primeira etapa da Educação Básica.

São inúmeros questionamentos em torno da criança de Educação Infantil e do trabalho pedagógico relacionados à linguagem oral e escrita.

Segundo Baptista (2010) o dia-a-dia do professor da Educação Infantil é marcado por dúvidas e anseios em relação a este trabalho. Os profissionais da educação infantil são pressionados pelas exigências e comparações, não somente da comunidade escolar, mas da sociedade como um todo, e ainda se deparam com a ausência de referenciais teóricos e práticos que auxiliem na compreensão da relação entre a sua prática pedagógica e o processo de apropriação da linguagem escrita.

Muitos professores da Educação Infantil, inseridos neste mundo de dúvidas e cobranças, se perdem em seu planejamento, propondo atividades pedagógicas muito semelhantes as das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Com práticas mecânicas e descontextualizadas, o professor desconsidera sua real função no processo de alfabetização e letramento no qual a criança pequena está inserida. No entanto,

A Educação Infantil tem como principal contribuição para o processo de alfabetização e letramento fazer com que a criança se interesse pela leitura e pela escrita, que ela deseje aprender a ler e a escrever e, ainda fazer com que acredite que é capaz de fazê-lo. (Baptista, 2010, p. 10)

Ainda para a autora:

O trabalho com a linguagem escrita na educação infantil deve afirmar o direito da criança pequena de produzir cultura e de expandir seu conhecimento sobre o mundo, o que pressupõe situações nas quais ela possa realizar atividades significativas no interior da cultura letrada. (Baptista, 2010, p. 5)

Sendo assim, o professor deve construir uma prática educativa comprometida com o direito da criança de expandir seu conhecimento através de situações que respeitem as características da infância. Cabe ao professor elaborar atividades que considere o universo infantil onde a literatura, a música e os jogos fazem parte, diversificando os gêneros textuais e assegurando as condições materiais/tempo/espço adequados ao aprendizado da criança.

A professora e o professor necessitam articular condições de organização de espaços, tempos, materiais e das interações nas atividades para que as crianças possam expressar sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no desenho e em suas primeiras tentativas de escrita. (CNE/CEB, 2009, p.14)

Tendo em vista essas primeiras considerações, o interesse desta pesquisa recaiu sobre as práticas desenvolvidas por profissionais de dois CMEIs do município de Colombo no que se refere ao trabalho com a escrita e a leitura, abordando o seguinte questionamento: Os profissionais da Educação Infantil estão promovendo atividades/momentos/situações para que a criança se aproprie da escrita e da leitura de forma significativa?

Para tanto foram observadas as seguintes questões: De que forma acontece a linguagem escrita? A partir de qual concepção? Em quais espaços do CMEI aparecem a escrita e com quais intenções?

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o papel do professor na

produção escrita da criança de Educação Infantil conceituando alfabetização e letramento e discutindo práticas pedagógicas voltadas à linguagem oral e a linguagem escrita tendo como base teórica os autores: BAPTISTA (2010); BRITTO (2005); SOARES (2004; 2011; 2012); FERREIRO (1999; 2011); TFOUNI (2006); KRAMER (2001) e os documentos elaborados pelo Ministério da Educação - MEC (BRASIL 1998; 2006; 2009; 2010).

O estudo foi dividido em três momentos: no primeiro momento aconteceu a pesquisa de campo durante todo o ano de 2012.

No segundo momento foi realizado no mês de outubro um questionário com os professores dos dois CMEIs com 100% de participação seguida de uma entrevista onde apenas 66% participaram. Os entrevistados responderam outro questionário referente a práticas pedagógicas voltadas a leitura e escrita.

No terceiro momento, simultaneamente aos outros dois, foi feito o levantamento bibliográfico, levando em consideração as fontes primárias (documentos) e secundárias (livros, textos impressos e on line, entre outros).

Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e optou-se pelo método descritivo com a utilização de técnicas de observação, aplicação de questionário e entrevista e de leituras referenciais.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

O Capítulo I apresenta um breve histórico sobre a Educação Infantil no Brasil e no município de Colombo.

O Capítulo II apresenta conceitos de Alfabetização e Letramento, reflexões sobre a Linguagem Oral e Escrita na Educação Infantil.

O Capítulo III apresenta a pesquisa sobre as Práticas Pedagógicas realizadas nos dois CMEIs em estudo.

Nas Considerações Finais há discussões e análises quanto ao que foi observado e ao que defendem os autores que fundamentam esta pesquisa.

1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Breve histórico

O atendimento à infância no Brasil foi marcado por diferenciações em relação à classe social das crianças. Para as crianças pobres, o cuidar, educação como concepção de assistência social com atividades ligadas ao corpo; para as crianças de classe mais abastada, o educar, educação como concepção vinculada às práticas escolares com atividades ligadas a promoção intelectual.

O atendimento à criança pobre com este entendimento se dá pelo papel que a mulher começa a ter na sociedade, sua inclusão no campo de trabalho requer a criação de locais que abriguem e cuidem de seus filhos enquanto as mesmas trabalham. Mas,

a partir da década de 70, a educação de crianças de 0 a 6 anos adquiriu um novo estatuto no campo das políticas e das teorias educacionais. Finalmente, a histórica luta por creches e pré-escolas, engendrada por diferentes movimentos sociais, tomou grandes proporções, e os governos realizaram investimentos para a ampliação do direito à educação das crianças dessa faixa etária. (Barbosa, 2006, p.15)

Desde a Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1996), pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI - 1998), pelo Plano Nacional de Educação (PNE - 2001), pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e e pelos Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em espaços coletivos passou a ser considerado importante questão da Educação representando uma conquista significativa para a sociedade brasileira.

A partir da Constituição Federal de 1988, se expressam avanços e conquistas no campo da educação para a criança pequena.

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação. (BRASIL, 2009, p.07)

A Constituição Federal aprovada em 05 de outubro de 1988 reconhece em seu artigo 208, inciso IV, o direito da criança pequena à educação em creches e pré-escolas. A educação infantil, que antes tinha cunho assistencialista, no segmento creche, passou a figurar como um direito da criança, de forma a aliar cuidado e educação, pois a inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função do cuidar. Essa inclusão atribuiu um significado educativo à creche: um local onde a criança pudesse ser cuidada, mas também educada.

Segundo Sabbag (1997, p. 14) “a creche tem sido redefinida como um espaço educativo que contempla o desenvolvimento da criança nos aspectos cognitivo, emocional, afetivo, social e físico”.

Reconhecendo que creches e pré-escolas integram o sistema educacional, junto aos demais níveis de ensino, embora não em caráter obrigatório, a nova Constituição consagra, no plano da lei, o que os movimentos sociais já vinham reivindicando em várias partes do país”, (Campos, 1993, p.16).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, criado para substituir o Código de Menores de 1979, apresenta mudanças na maneira de pensar a infância, trazendo os direitos da criança e do adolescente e os princípios que norteiam as políticas de atendimento. Este direito encontra-se incluído no capítulo sobre a Educação, a Cultura, o esporte e o lazer. “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. (BRASIL, ECA, 1990, Cap. IV, Art. 54, inciso IV)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 regulamenta a Educação Infantil no Brasil e coloca a criança como sujeito de direitos e afirma a Educação Infantil como direito das crianças de 0 – 6 anos. Tal regulamentação fortalece ainda mais a Educação Infantil afirmando que a mesma é um espaço formal de educação e não apenas de cuidados.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996)

Com a Educação Infantil fazendo parte da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio confirma a compreensão de que as instituições que atendem a criança pequena têm por função educar e cuidar, de forma indissociável e complementar, das crianças de 0 a 6 anos.

Mas, a Educação Infantil tem especificidades próprias voltadas para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais que envolvem as funções indispensáveis e indissociáveis: o educar e o cuidar. Daí a importância da criação de um ambiente que garanta tais funções, este necessariamente deve ser exclusivo para a faixa etária de 0 a 6 anos, tendo condições de acesso, segurança, salubridade, saneamento e higiene. Assim, a Educação Infantil será oferecida, segundo a LDB, 1996, Cap. II, Art.30º, Sessão II, em:

- I - creches ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade;
- II- pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idades

Destaca-se na Lei, ainda, a preocupação da formação dos profissionais que atuam nessa faixa etária. Neste sentido a LDB define no art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (LDB, 1996, Art. 62)

Em 1998 o Ministério da Educação e do Deporto, atendendo às determinações da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI 9.394/96), lançou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), referente às creches, entidades equivalentes e pré-escolas, que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacional.

O RCNEI constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais. (BRASIL, 1998, p. 13)

Em 09 de Janeiro de 2001, o projeto de Plano Nacional da Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, transformando-se na Lei Federal nº. 10.172.

Pensando na Educação Infantil, o Plano Nacional da Educação faz uma leitura da Educação Infantil no Brasil e constata que a educação das crianças de zero a seis anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro. Tal crescimento, segundo o próprio documento, se deve tanto a necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, quanto pelos argumentos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança.

Afirma, ainda, a necessidade de profissionais especializados para o trabalho com a criança pequena, dada a importância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há "janelas de oportunidade" na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada. Hoje se sabe que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como a matemática, a linguagem, a música. Se essas oportunidades forem perdidas, será muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde. (BRASIL, 2001, p. 31-32)

As metas para a Educação Infantil do Plano Nacional de Educação estão relacionadas ao direito da criança, porém é preciso sublinhar que a oferta pública de educação infantil conceda prioridade às crianças das famílias de menor renda, situando as instituições de educação infantil nas áreas de maior necessidade e nelas concentrando o melhor de seus recursos técnicos e pedagógicos visando um atendimento de qualidade em tempo integral para as crianças de idades menores, das famílias de renda mais baixa, quando os pais trabalham fora de casa.

No ano de 2006, a Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, apresenta o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 1 e 2.

Este documento vem contribuir para um processo democrático de implementação das políticas públicas para as crianças de 0 até 6 anos, sendo amplamente divulgado e discutido, servindo efetivamente como referência para a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino, contém referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, por creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e que levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presentes.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil cumprem com a determinação legal do Plano Nacional de Educação, que exige a colaboração da União para atingir o objetivo de “Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade” (BRASIL, 2001).

Em 17 de dezembro de 2009, a Resolução 1 de 1999 foi substituída pela Resolução 5 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil .

Tal documento traz o entendimento de criança e de proposta pedagógica tão necessário para uma prática consciente.

As Diretrizes entendem a criança como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 12)

Proposta Pedagógica ou projeto político pedagógico como plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, 2009, p.13)

A proposta pedagógica na Educação Infantil deve contemplar um sujeito que é social, ativo e produtor de conhecimento. Segundo as Diretrizes a proposta deve respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009, p.16)

Nesta perspectiva, a Educação Infantil se torna um espaço onde a criança fala, pensa, interage e produz conhecimento exercendo sua autonomia, sua cidadania e sua criatividade em um ambiente protetivo, saudável e acolhedor.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009, p.18)

Neste mesmo ano foi publicado o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil; elaborado sob a coordenação conjunta do Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da Undime e do Unicef.

Este documento caracteriza-se como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de educação infantil, por meio de um processo participativo e aberto a toda a comunidade com o objetivo de contribuir com as instituições de educação infantil no sentido de que encontrem seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática. (BRASIL, 2009, p.12)

Como já citado, desde a Constituição Federal em 1988 até hoje a Educação Infantil passou e passa ainda por grandes mudanças, e na cidade de Colombo não é diferente. A seguir farei algumas colocações referentes à trajetória da Educação Infantil no município.

1.1 A Educação Infantil no Município de Colombo – Paraná

Até o ano de 2003 a Educação Infantil no município de Colombo estava vinculada à Secretaria Municipal de Saúde estando diretamente ligada ao Departamento Social. Compreendia 34 creches, as quais somente 28 reconhecidas pelo Núcleo de Educação – Área Metropolitana Norte. As crianças eram atendidas por Agentes de Assistência, ou seja, Assistentes de Aluno, tendo como exigência de formação apenas o Ensino Fundamental I.

Com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 a Educação Infantil passou a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

A Educação Infantil fazendo parte da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio confirma a compreensão de que as instituições de Educação Infantil têm por função educar e cuidar, de forma indissociável e complementar, das crianças de 0 a 6 anos. Nesse sentido, a Educação Infantil teve que reelaborar as concepções de criança, de educação e de serviços prestados.

Assim, em 2005 contemplou-se no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, sob a Lei 938, a função de Educador Infantil. Os assistentes de aluno que se enquadravam no artigo 83 passaram automaticamente para o cargo de Educador Infantil.

Art. 83. Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Assistência, serão enquadrados neste Plano de Carreira, com a alteração da denominação do cargo para Educador Infantil, desde que cumpram obrigatoriamente as seguintes condições:

I - tenham ingressado por concurso público no cargo de Assistente de Alunos;

II - possuírem a formação mínima para o Magistério na Educação Infantil, nos termos do art. 62 da Lei nº 9.394/96;

III - estejam exercendo as funções de Magistério na Educação Infantil.
(COLOMBO, 2005, Art.83)

Neste mesmo ano, a Educação Infantil começou a ter um caráter pedagógico e foi solicitado um assistente administrativo para a Coordenação Geral dos Centros Municipais de Educação Infantil, que atuava na Secretaria de Educação do

Município, ficando este responsável pelo Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE). Na mesma época adotou-se um sistema de ensino do Maternal ao Pré com material didático e formação de docentes pela Editora Base, hoje SEFE - Sistema Educacional Família Escola, permitindo que estes profissionais também tivessem a garantia da hora-estudo nas suas unidades de trabalho. Vale lembrar que apenas trocou de nome a editora não havendo mudanças na proposta pedagógica.

Com as mudanças na área pedagógica, houve a necessidade da estruturação da equipe pedagógica na Educação Infantil que atuava na Secretaria de Educação, ficando ela composta por uma Coordenadora Geral, duas Assessoras Pedagógicas, um assistente administrativo e um motorista. Neste ano, iniciaram-se as visitas pedagógicas realizadas por pedagogas da Secretaria de Educação do município denominadas Assessoras Pedagógicas.

Em 2006 o Centro de Atendimento Especializado à Criança (CAEC) que objetiva atender alunos das Escolas Municipais estendeu alguns de seus serviços aos Centros Municipais de Educação Infantil, atendendo crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem e comportamento relacionadas aos aspectos orgânicos, neurológicos, mentais, psicológicos adicionados à problemática ambiental em que a criança está inserida ou ao sistema de aprendizagem escolar.

O CAEC disponibiliza para as crianças da Educação Infantil Fonoaudiologia, Psicoterapia e Avaliação Psicoeducacional.

Ainda em 2006 foi criado o Seminário da Educação Infantil. Segundo o Projeto Político Pedagógico dos Centros Municipais de Educação Infantil, este seminário é estruturado a partir da investigação das necessidades dos professores e educadores do município. O Seminário da Educação Infantil possibilita a elaboração de programas de intervenções, ajustadas às necessidades diagnosticadas. Para tanto, são selecionados palestrantes que atuam diretamente nas questões levantadas, com temas específicos, contribuindo tanto para o crescimento pessoal, quanto profissional dos educadores.

No ano de 2007, os Centros Municipais de Educação Infantil com matrículas acima de duzentas crianças adquiriram o direito a um administrativo para auxiliar o gestor nas questões burocráticas na própria instituição.

Outro fator importante desta nova estrutura pedagógica foi a implantação do projeto Encontro de Pais que teve início em 2007 com a finalidade não de informar

os pais sobre o rendimento escolar da criança ou sobre os problemas de comportamento e, sim, orientá-los para que tenham um papel mais ativo, assumam suas responsabilidades e tenham o conhecimento para atuar com eficiência na educação de seus filhos.

A escola, ainda que não possa mudar objetivamente a realidade dos lares, pode influenciar sobre eles e não deve eximir-se desse papel de auxiliar aos pais a gerenciar mudanças positivas na relação pais e filhos.

Em 2008 foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I, sendo atualizadas e unificadas em 2011.

Em 2009 instituiu-se nos Centros Municipais de Educação Infantil o Conselho Escolar, cujo principal objetivo é receber o repasse do Governo Federal, o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. Este programa, segundo o próprio MEC:

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. (MEC, 2013)

No município de Colombo é comemorado o Dia da Creche, este dia foi implantado sob a LEI MUNICIPAL Nº 578, DE 14 de Dezembro de 2005 - Pub. Folha de Colombo nº 238, de 16/12/2005.

Art. 1º Fica instituído o Dia da Creche a ser comemorado anualmente no dia dezanove do mês de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Entre tantos avanços, houve um retrocesso quando o atendimento na Educação Infantil, até então integral, foi parcializado.

A parcialização de turmas aconteceu sob o efeito da Lei nº 11.700 de 13 de Junho de 2008 que introduz o §10º no art 4º da Lei nº 9394/96 (LDB) determinando a garantia de vaga em escola pública de Educação Infantil e Ensino Fundamental, perto de sua residência, para toda criança a partir da data em que completar 4 (quatro) anos de idade. Assim, o Município a fim de aumentar o número de vagas

decidiu que as turmas de pré-escola podem funcionar em turno parcial, deixando apenas as creches (de 0 a 3 anos), em período integral.

A Educação Infantil no município de Colombo finalizou o ano de 2012 atendendo 6.841 crianças com um efetivo de 61 professores, 318 educadores e 74 estagiários do curso de Magistério ou Pedagogia distribuídos em 39 CMEIs.

São eles:

Anjo da Guarda	Arco Íris
Balão Mágico	Berço de Ouro
Branca de Neve	Canaã
Cantinho Feliz	Chapeuzinho Vermelho
Cinderela	Crisálida
Estrela d' Alva	Favo de Mel
Florzinha do Reino Encantado	Genoveva Brenner
Girassol	Gota de Orvalho
Jardim Palmares	Lua de Cristal
Meu Cantinho	Mundo Mágico
Nona Joana	Novo Atubinha
Padre Eugênio Beloto	Pedacinho do Céu
Pequeninos do Jardim	Pequenos Brilhantes
Peter Pan	Pingo d' Água
Pingo de Gente	Pinóquio
Piu-Piu	Raio de Sol
Recanto dos Baixinhos	Tia Didi
Tia Nair	Tia Sula
Tia Itamara	Turma da Mônica
Vivendo e Aprendendo	

São esperados a partir de 2013 mais cinco unidades sendo uma no bairro Alto da Cruz em fase final, uma no Osasco em fase de adaptação, uma na Vila Zumbi em estudos e uma no Monte Castelo, outra em São José em fase de licitação.

2 A LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 O que diz a lei que norteia a Educação Infantil

Ao propormos um trabalho de alfabetização e letramento na Educação Infantil, não podemos desconsiderar as especificidades da criança enquanto sujeito em desenvolvimento e suas diferentes formas de aprendizagem. De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010) um dos objetivos da proposta pedagógica das instituições de educação infantil é garantir às crianças o direito de conhecimento e aprendizagem através de diferentes linguagens, o que inclui a linguagem escrita, que segundo Ferreiro (2011, p.44) “a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade”.

Uma das preocupações das DCNEI se refere quanto à previsão de “formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental”. (BRASIL, 2010, p.7) Não sendo este, portanto, o objetivo da Educação Infantil que visa o desenvolvimento pleno e integral da criança.

No entanto, é preciso estar atento às práticas pedagógicas para o trabalho com a linguagem escrita na Educação Infantil, pois ele deve ser permeado pelos eixos norteadores interações e brincadeiras que são propostos pelas DCNEI. Portanto, garantir práticas que possibilitem “às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos” devem ser oferecidas através das brincadeiras e interações. (BRASIL, 2010, p.25), pois através das interações, sejam com adultos ou com seus pares, a criança tem a possibilidade de trocar experiências e formular hipóteses sobre a leitura e a escrita.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) fazem questionamentos quanto ao trabalho com a linguagem oral e escrita e possibilitam a reflexão sobre as práticas dos professores propondo estratégias para o trabalho, como por exemplo: a leitura diária de livros; a contação de histórias; o manuseio de diferentes suportes textuais; contato com a palavra escrita e a produção de textos

mesmo sem saber ler e escrever. Temos dessa maneira um trabalho de alfabetização e letramento sem a intenção de domínio do código escrito ou sua transcrição.

Partindo deste pressuposto, é necessário compreender os conceitos de alfabetização e letramento, a fim de evitar equívocos a cerca de suas finalidades.

2.2 O que dizem os autores

De acordo com Britto (2005) um dos desafios da educação é inserir a criança no mundo da escrita visando um desenvolvimento crítico e significativo, pois alfabetização não é apenas o domínio do código, mas a sua inclusão social.

Nessa lógica, o processo de letramento (ou alfabetização) começa antes do ensino fundamental e não se interrompe se quer com terminalidade da escolaridade regular. Letramento (ou alfabetização), nesse sentido, significa viver no mundo da escrita, dominar os discursos da escrita, ter condições de operar com os modos de pensar e produzir da cultura escrita. (Britto, 2005, p.17)

O autor ainda menciona que:

O desafio da educação infantil não é o de ensinar a desenhar e juntar letras, e sim o de oferecer condições para que as crianças possam se desenvolver como pessoas plenas e de direito e, dessa maneira, poder participar criticamente da sociedade de cultura escrita. Antecipar o ensino das letras, em vez de trazer o debate da cultura no cotidiano, é inverter o processo e aumentar a diferença. (Britto, 2005, p.20)

Dessa forma, mais importante que o ensino gráfico das letras, é compreender o uso social que a escrita possui.

Assim, não há como não oportunizar a linguagem escrita na Educação Infantil uma vez que nossa sociedade é baseada na cultura escrita e a utiliza como forma de comunicação e pertencimento do meio social.

Para Tfouni (2006, p. 9) há uma indissociabilidade entre alfabetização e letramento e os caracteriza como processos de aquisição de um sistema escrito. Segundo a autora, “a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem”, e o letramento “focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da

escrita”, ou seja, a alfabetização visa o domínio do código para a leitura e escrita, enquanto o letramento preocupa-se com a função social que a leitura e a escrita têm.

Tfouni (2006, p.15) ainda menciona que a alfabetização não é um processo que chega a um fim, “visto que a sociedade está em contínuo processo de mudança, e a atualização individual para acompanhar essas mudanças é constante”.

Portanto, pode-se concluir que a alfabetização e o letramento são processos que se iniciam antes do período escolar e perduram por toda vida. Acompanhar as mudanças possibilita a inserção social e uma participação mais ativa.

Segundo Soares (2011, p.17) “a conceituação de alfabetização não é a mesma em todas as sociedades (...) o conceito de alfabetização depende, assim, de características culturais, econômicas e tecnológicas”. Segundo a autora a alfabetização pode ter abordagens: mecanicista (técnica ou habilidade para ler e escrever/ decodificar códigos); compreensão/expressão de significados através da escrita, ou ainda é um processo individual voltada ao aspecto social, ou seja, baseada na função que a escrita tem em cada sociedade. Quanto ao letramento, Soares (2012, p.47) o conceitua como: “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”.

Segundo a autora,

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional da escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (Soares, 2004, p.14)

Assim, não é possível alfabetizar sem letrar e tão pouco letrar sem alfabetizar e é esta interdependência entre os dois processos que contribuem para um desenvolvimento mais crítico e compreensivo do aprendizagem da linguagem escrita.

Kramer (2001) defende que tanto os professores quanto as crianças são cidadãos, sujeitos sociais de direitos e deveres, produtores de cultura e, portanto os

professores precisam entender as práticas de alfabetização como processo cultural.

A definição do papel desempenhado pelo alfabetizador depende da função atribuída à própria alfabetização. Acredito ser essencial reconhecer que a aprendizagem da leitura e da escrita tem fundamentalmente uma função social e cultural. (Kramer, 2001, p. 100)

Baseado nos conceitos até aqui apresentados compreende-se que alfabetizar e letrar são práticas que se somam no sentido de alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando. A abordagem de alfabetização escolhida pelo professor influenciará a aprendizagem e a construção do conhecimento da criança, pois suas escolhas a tornarão significativas ou não.

2.3 A prática com escrita na Educação Infantil

Observa-se, até então, que trabalhar a linguagem escrita na Educação Infantil é um direito da criança e um dever do professor enquanto oportunizador de diferentes linguagens e experiências para uma aprendizagem significativa. Atividades como contação de histórias, brincadeiras de faz-de-conta, contato com diferentes textos contribuem para a aquisição da linguagem escrita de forma lúdica e prazerosa.

Outra maneira de estimular o interesse pela leitura e escrita é através da literatura infantil. Garantir o acesso à leitura e à escrita possibilita à criança uma participação ativa na sociedade em que está inserida e contribui na construção de seu conhecimento histórico-social. Nesse sentido, “Garantir o acesso à leitura e à escrita é direito de cidadania. A escola tem um papel importante a desempenhar na concretização desse direito, contribuindo na construção do conhecimento de crianças e adultos.” (Kramer, 2001, p. 18)

A criança na interação com a escrita descobre a sua função e esta prática pedagógica deve ser desenvolvida por meio da imaginação e da brincadeira, ações peculiares do universo infantil.

“Em relação a qualquer experiência de aprendizagem que seja trabalhada pelas crianças, devem ser abolidos os procedimentos que não reconhecem a atividade criadora e o protagonismo da criança pequena, que promovam atividades mecânicas e não significativas para as crianças”. (BRASIL, 2009, p. 15)

Desde cedo as crianças brincam de ler e escrever, mostrando assim seu interesse em saber como funciona a linguagem escrita e aos poucos vão se apropriando desta linguagem.

De acordo com Britto (2005) ao ouvir histórias a criança lê com os ouvidos e ao recontá-las ela escreve com a boca.

Na educação infantil, ler com os ouvidos e escrever com a boca (situação em que a educadora se põe na função de enunciativa ou escriba) é mais fundamental de que ler com os olhos e escrever com as próprias mãos. (Britto, 2005, p. 18)

O contato com a leitura e a escrita possibilita que a criança pense sobre estas linguagens, que formule hipóteses e as testem.

Os estudos da psicogênese da leitura e da escrita (Ferreiro e Teberosky, 1985) nos mostraram como as crianças formulam hipóteses para explicar o funcionamento desse sistema, sobretudo porque elas se interessam em conhecê-lo e desejam dele se apropriar. Crianças que ainda não dominam o sistema de escrita alfabética brincam imitando a escrita, criando histórias a partir de textos verbais e visuais. A criança reelabora, reconstrói, reformula elementos constitutivos da escrita, lançando mão da sua forma peculiar de pensar e das suas referências muito próprias sobre o mundo. Não é preciso que a criança compreenda as relações entre fonemas e grafemas para construir sentidos ao escutar a leitura de uma história ou ao elaborar narrativas a partir de um livro de imagens, por exemplo. As crianças formulam hipóteses, criam histórias, inventam sentidos atestando, assim, o seu protagonismo em relação ao processo de construção de conhecimentos sobre a linguagem escrita. (Baptista, 2010, p. 02)

3 A PESQUISA

3.1 A Educação Infantil nos Centros Municipais de Educação Infantil “A” e “B” no município de Colombo no Paraná

O município de Colombo está situado na Região Metropolitana de Curitiba e é atualmente a 8ª maior do Estado do Paraná em habitantes com população estimada em 2010 de 213.027 habitantes.

Colombo possui hoje 39 Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, atendendo 6.841 crianças no ano de 2012. Para esta pesquisa, foram escolhidos apenas dois CMEIs por possuírem estruturas semelhantes.

Ambos foram implantados devido à grande demanda de alunos na região e visam proporcionar condições para que as famílias possam trabalhar com tranquilidade, tendo à disposição uma instituição de ensino onde seus filhos possam ser confiados.

O CMEI “A” e o CMEI “B” têm dezoito (18) anos, ambos se localizam em bairros onde a população vem crescendo rapidamente. No caso do primeiro CMEI, o bairro está se desenvolvendo economicamente, e os alunos que o frequentam são em sua maioria filhos de empregados do comércio local. Já o CMEI “B” compõe-se de uma clientela mais carente onde as crianças que o frequentam são filhos de operários que trabalham em indústrias e fábricas, pedreiros e auxiliares, mães diaristas, e empregadas domésticas, autônomos e agentes do meio ambiente.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico disponibilizado pelos CMEIs, estas famílias buscam na instituição, um espaço para que seus filhos além de receberem todos os cuidados básicos, tenham já em sua primeira infância o acesso à educação, tendo assim, a necessidade de dispor de uma instituição, onde seus filhos tenham acesso a um ensino com qualidade, alimentação adequada e toda atenção necessária para seu pleno desenvolvimento.

O quadro funcional dos dois CMEIs, apesar de localizarem em bairros distantes, é muito semelhante.

No ano de 2012, o CMEI “A” atendeu duzentas e onze (211) crianças de seis (6) meses a seis (6) anos de idade e contou com um (1) diretor, um (1) pedagogo, um (1) administrativo, dois (2) serviços gerais, dois (2) auxiliares de cozinha, dois (2)

professores, nove (9) educadores e um (1) estagiário de Magistério. Em média 16 (dezesesseis) crianças por adulto.

O quadro abaixo mostra a formação do corpo docente do CMEI A. O quadro não considera os estagiários.

PROFISSIONAIS	ENSINO MÉDIO	GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO
1.	Magistério	Pedagogia	Cursando Psicopedagogia
2.	Magistério	Pedagogia	-
3.	Magistério	Não está estudando	-
4.	Magistério	Não está estudando	-
5.	Magistério	Não está estudando	-
6.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
7.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
8.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
9.	Outra formação	Pedagogia	Cursando Gestão Escolar
10.	Outra formação	Pedagogia	-
11.	Outra formação	Pedagogia	-

Quanto à idade, três (3) profissionais estão entre os vinte (20) e trinta (30) anos, um (1) entre trinta (30) e quarenta (40) anos, três (3) entre quarenta (40) e cinquenta (50) anos, quatro (4) entre os cinquenta (50) e sessenta (60) anos.

Referente há quantos anos exerce o Magistério, dois (2) com um (1) ano, um (1) com três (3) anos, três (3) com cinco (5) anos, um (1) com nove (9) anos, dois (2) com dez (10) anos, um (1) com doze (12) anos e um (1) com treze (13) anos.

Dos onze (11) profissionais, dez (10) sempre lecionaram na Educação Infantil e desses dez (10), dois (2) possuem experiência em instituição particular.

Apenas para um (1) profissional estar na Educação Infantil não é opção, era a vaga que estava disponível no momento da contratação. E oito (8) profissionais estão no CMEI entre um (1) a cinco (5) anos, dois (2) há dez (10) anos e um (1) há dezoito (18) anos.

Em relação à turma de atuação, cinco (5) profissionais assumiram o nível neste ano, dois (2) estão no mesmo nível há dois (2) anos, dois (2) há três (3) anos, um (1) há cinco (5) anos e um (1) há oito (8) anos.

Dos onze (11) profissionais, nove (9) estão na turma por solicitação do CMEI e dois (2) por opção.

A maioria dos profissionais possui experiência em todas as turmas.

A análise deste material revelou um dado interessante, a permanência de profissionais na educação infantil com idade superior a quarenta (40) anos. Outro dado importante se refere ao exercício do magistério na educação infantil, dos 11 (onze) profissionais 10 (dez) sempre lecionaram nesta etapa do ensino. Em relação à formação, 8 (oito) profissionais, ou seja, a maioria possui Magistério e já cursou ou está cursando Pedagogia o que de certa forma valoriza a instituição no sentido de pensar que as crianças estão nas mãos de pessoas capacitadas.

O CMEI "B", no ano de 2012, atendeu trezentas e dezoito (318) crianças de seis (6) meses a seis (6) anos de idade e contou com um (1) diretor, um (1) pedagogo, um (1) administrativo, três (3) serviços gerais, dois (2) auxiliares de cozinha, três (3) professores, dez (10) educadores e três (3) estagiários de Magistério. Em média são 19 (dezenove) crianças por adulto.

O quadro a seguir mostra a formação do corpo docente do CMEI B. O quadro não considera os estagiários.

PROFISSIONAIS	ENSINO MÉDIO	GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO
1.	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia
2.	Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar
3.	Magistério	Não está estudando	-
4.	Magistério	Pedagogia	-
5.	Magistério	Pedagogia	-
6.	Magistério	Não está estudando	-
7.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
8.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
9.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
10.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
11.	Magistério	Cursando Pedagogia	-
12.	Outra formação	Pedagogia	-
13.	Outra formação	Pedagogia	-

Quanto à idade, quatro (4) profissionais estão entre os vinte (20) e trinta (30) anos, três (3) entre trinta (30) e quarenta (40) anos, dois (2) entre quarenta (40) e cinquenta (50) anos, quatro (4) entre os cinquenta (50) e sessenta (60) anos.

Referente há quantos anos exercem o Magistério, um (1) é o primeiro ano, um (1) é o segundo ano, quatro (4) há cinco (5) anos, um (1) há seis (6) anos, um (1) há dez (10) anos, dois (2) há doze (12) anos, dois (2) há dezessete (17) anos e um (1) há dezoito (18) anos.

Considerando os treze (13) profissionais do CMEI B, nove (9) sempre lecionaram na Educação Infantil, três (3) possuem experiência em instituição particular, um (1) em Projeto Educacional e três (3) já atuaram em Escolas, sendo que um (1) dos professores tem padrão na Prefeitura de Curitiba.

Questionado há quanto tempo atua na Educação Infantil, um (1) é o primeiro ano, um (1) há quatro (4) anos, dois (2) há cinco (5) anos, um (1) há seis (6) anos, três (3) há oito (8) anos, um (1) há dez (10) anos, dois (2) há doze (12) anos, um (1) há dezesseis (16) anos e um (1) há dezoito (18) anos.

Em relação ao tempo de serviço no município de Colombo: seis (6) estão entre um (1) a cinco (5) anos, quatro (4) entre seis (6) e doze (12) anos e três (3) há mais de quinze (15) anos. Dois (2) profissionais da educação infantil entraram no CMEI como assistente de aluno e mais tarde com a Lei Municipal 938 de 2005, Artigo 83, passaram automaticamente para educador infantil.

Dos treze (13), nove (9) profissionais estão no CMEI entre um (1) a cinco (5) anos e quatro (4) entre oito (8) a treze (13) anos.

Apenas para um (1) profissional estar na Educação Infantil não é opção.

Em relação à turma de atuação, seis (6) profissionais assumiram o nível neste ano, três (3) estão no mesmo nível há dois (2) anos, um (1) há cinco (5) anos, dois (2) há seis (6) anos e um (1) há doze (12) anos.

Dos treze (13) profissionais, seis (6) estão na turma por solicitação do CMEI e sete (7) por opção.

A maioria dos profissionais possui experiência em todas as turmas.

A análise deste material revelou, assim como no CMEI A, a permanência de profissionais na educação infantil com idade superior a quarenta (40) anos. Outro dado importante se refere ao exercício do magistério na educação infantil, apenas 6 (seis) profissionais atuam nesta etapa do ensino há mais de dez (10) anos. Em relação à formação, 11 (onze) profissionais, ou seja, a maioria possui Magistério e já cursou ou está cursando Pedagogia.

Os educadores e professores de ambos os CMEIs conhecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI - 2009), porém têm suas práticas pedagógicas fundamentadas no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI - 1998) documento que norteia a Diretriz Municipal.

Esta constatação se deu pelas visitas aos CMEIs e pela entrevista realizada com os profissionais.

No CMEI “A” dos onze (11) profissionais que preencheram o questionário sobre a Educação Infantil, dez (10) aceitaram participar da entrevista e se optou por colocar diferentes falas e às vezes até contraditórias a fim de mostrar que na mesma instituição há diferentes entendimentos sobre os temas abordados pela pesquisadora.

A primeira pergunta era acerca da concepção de educação.

Para este grupo, de modo geral, a Educação é aprendizagem e desenvolvimento, sistematização do conhecimento, transmissão de culturas e conhecimentos, preparação para vida, formação e instrução.

“Educação é um mix que envolve a sistematização do conhecimento, caráter, cidadania e instrução.” (Profissional 5 – CMEI A)

“Educação é a transmissão dos saberes tanto históricos como do dia a dia, do convívio, das vivências e principalmente do conhecimento.” (Profissional 7 – CMEI A)

“Educação é a preparação para a vida.” (Profissional 10 – CMEI A)

A segunda pergunta versava sobre concepção de educação infantil.

Ainda para este grupo, a Educação Infantil é primeira etapa do processo de escolarização da criança, período preparatório para o Ensino Fundamental, momento/espço para desafios e levantamento de hipóteses, base para formação na vida, desenvolvimento da identidade, processo de cuidar e educar.

“Hoje a perspectiva da Educação Infantil é voltada para a formação integral da criança.” (Profissional 4 – CMEI A)

“A Educação Infantil corresponde ao espaço dos primeiros desafios, do levantamento de hipóteses e da busca de respostas. A primeira etapa do processo de escolarização da criança.” (Profissional 6 – CMEI A)

“É a educação pré-escolar, que acontece antes da inserção da criança no ensino obrigatório, ou seja, período preparatório para o Ensino Fundamental.” (Profissional 10 – CMEI A)

Quando questionados sobre “Quais são os eixos da Educação Infantil”, muitos educadores confundiram eixo com conteúdos e atividades e souberam apenas indicar os citados nos RCNEIs (Movimento; Artes Visuais; Música; Matemática; Natureza e Sociedade; Linguagem Oral e Escrita) desconhecendo os que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil trazem que são: Conhecimento de Si e do Mundo; Linguagem Oral e Escrita; Diferentes Meios de Expressão; Cuidado e Higiene; Recursos Tecnológicos; Conhecimentos Matemáticos; Mundo Físico e Social; Tempo e Natureza; Biodiversidade e Sustentabilidade da Vida na Terra; Vivências Éticas e Estéticas; Manifestações e Tradições Culturais Brasileiras.

O objetivo com essa pergunta foi o de verificar se os professores reconhecem a Linguagem Oral e Escrita como eixo de trabalho.

“Construção da identidade e autonomia, movimento, arte, relação com o mundo físico e natural, oralidade e relação com a linguagem escrita, construção de noções matemáticas e relação com o mundo social e histórico-cultural.” (Profissional 1 – CMEI A)

“Respeitá-la em sua individualidade, interesses e necessidades, reconhecê-la como um ser que tem potencialidades, a quem deve ser oportunizada a construção da identidade autonomia.” (Profissional 4 – CMEI A)

“Os eixos da Educação Infantil são identidade autonomia, matemática, movimento, linguagem oral e escrita, artes visuais, natureza e sociedade.” (Profissional 3 – CMEI A)

As falas destes profissionais remetem a muitas perspectivas para pensar tanto sobre a formação inicial quanto a continuada. Sabe-se que o Magistério e a Pedagogia não dão conta do aprofundamento de todo o conhecimento que um profissional da educação requer para exercer com qualidade a sua profissão, mesmo porque a educação não é algo estagnado e imutável, daí a importância de uma educação continuada comprometida com a excelência que todo ensino merece.

Sobre a “hora atividade”, um (1) dos educadores entrevistados não soube o que significa o termo, quatro (4) educadores fazem quatro (4) horas de hora atividade e cinco (5) educadores oito (8) horas.

O grupo usa a hora atividade para organização do diário de classe, preparação das atividades para o uso dos cadernos de Linguagem, Matemática e Cartografia além de escolherem quais páginas do Livro didático (Entrelinhas – fornecido pelo SEFE - Sistema Educacional Família Escola) trabalhar durante a semana.

Para embasar a sua prática usam revistas pedagógicas como Nova Escola e Professor Sassá, o livro do professor do SEFE - Sistema Educacional Família Escola, o PPP – Projeto Político Pedagógico e pesquisam ainda em livros que tratam de datas comemorativas e literatura infantil.

Em relação à hora atividade, há um grande problema a ser colocado aqui: no CMEI não há um pedagogo que acompanhe o trabalho docente, que oriente no planejamento, indique leituras, discuta as práticas do educador talvez aí esteja o porquê da precariedade teórica na busca de material para planejar suas aulas.

Questionados sobre alfabetização e letramento, de modo geral o grupo respondeu:

Alfabetização - Ato de aprender a ler e escrever, aprendizagem da leitura e da escrita, uso do alfabeto, ato inicial do processo educativo, assimilação do alfabeto e sua utilização como código de comunicação, ensino das letras do alfabeto e as maneiras de utilizá-las.

Letramento - Desenvolvimento das habilidades da escrita e da leitura com perfeição, uso da escrita e da leitura como hábito, leitura e escrita com sentido, resposta à demanda social da leitura e da escrita, apropriação da leitura e da escrita e inserção do indivíduo nos meios sociais.

Para o grupo, ambos se diferem em seu uso, uma vez que o letramento decorre das práticas sociais e a alfabetização da habilidade de escrever e ler. Acreditam que um indivíduo pode ser alfabetizado sem ser letrado, mas para ser letrado precisa ser alfabetizado.

O grupo se divide ao serem questionados quando uma criança começa a ser alfabetizada e letrada. Para alguns, a criança começa a ser alfabetizada e letrada quando começa a ler e escrever e para outros, quando a criança nasce desde bebê no contato diário com a leitura e a escrita.

“Uma criança começa a ser alfabetizada e letrada quando ela começa a ler e a escrever, utilizando textos significativos que contribuam para sua interação social.”
(Profissional 10 – CMEI A)

“Eu entendo que tanto o letramento quanto a alfabetização são essenciais para a educação, pois são os princípios de uma educação de qualidade. Então uma criança começa a ser letrada desde bem pequena, desde o momento em que nasce numa sociedade letrada.” (Profissional 2 – CMEI A)

Os educadores do CMEI A foram questionados sobre quais atividades propõem para as crianças onde a língua escrita e falada estão presentes e obtive como resposta: a rotina escolar com o uso do crachá e da chamada, a construção de textos coletivos onde o professor é o escriba, o uso de brinquedos como o dominó, o manuseio de livros, a roda de conversa, o uso de imagens seguindo uma sequência lógica, a confecção de murais, as cantigas de roda e os brinquedos cantados, as regras dos jogos e brincadeiras, as dramatizações, o uso do desenho e do livro didático do SEFE - Sistema Educacional Família Escola.

Para este grupo de dez (10) educadores foi aplicado um questionário levando em consideração Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, visando saber o quanto é proporcionado à criança experiências agradáveis, variadas e estimulantes com a linguagem oral e escrita.

Através deste verificou que o grupo não tem a prática de leitura de diferentes gêneros para as crianças, geralmente apenas histórias clássicas. Apenas três (3) professores incentivam as crianças a manusear livros, revistas e outros textos, quatro (4) criam oportunidades para o contato das crianças com a palavra escrita, um (1) incentiva as crianças a “produzir textos” mesmo sem saber ler e escrever, seis (6) promovem momentos onde as crianças maiores, individualmente ou em grupos, possam contar, recontar histórias e narrar situações.

Ficou claro que quando questionados na entrevista sobre quais atividades propõem para as crianças onde a língua escrita e falada estão presentes as respostas foram bem diferentes de quando preencheram o questionário, isso talvez tenha ocorrido devido na entrevista ser um instrumento “aberto” de pesquisa e o questionário um instrumento mais limitador.

No CMEI “B” dos treze (13) profissionais que preencheram o questionário sobre a Educação Infantil apenas seis (6) aceitaram participar da entrevista e as respostas foram muito semelhantes com os profissionais do CMEI “A”.

Para este pequeno grupo a Educação é o ato de ensinar e aprender, formação da identidade e transmissão e reprodução do conhecimento enquanto a Educação Infantil é preparatório para o Ensino Fundamental, primeira etapa da educação básica e período de desenvolvimento e interação atrelado ao ato de cuidar e educar.

“A Educação é uma das maneiras de tornar comum o saber, a ideia e a crença. Tem haver com a produção, transmissão e reprodução do conhecimento.” (Profissional 4 – CMEI B)

“A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e por se tratar de crianças pequenas deve ser trabalhado com o cuidar e o educar sem ter a dissociação das duas.” (Profissional 3 – CMEI B)

Quando questionados sobre “Quais são os eixos da Educação Infantil”, assim como no CMEI A, muitos educadores do CMEI B confundiram eixo com conteúdos e atividades incluindo em suas respostas identidade e autonomia, lateralidade e sócio afetivo como eixos da Educação Infantil.

“Os eixos da Educação Infantil são identidade autonomia, sócio afetivo, matemática, música e movimento, linguagem oral e escrita, artes visuais, lateralidade, natureza e sociedade.” (Profissional 2 – CMEI B)

Todos os profissionais fazem oito (8) horas de hora atividade e usam este tempo para fazer o registro do diário de classe, organizar brinquedos e brincadeiras, escolher as músicas, histórias e datas comemorativas a serem trabalhadas com os pequenos. Para embasar a sua prática pedagógica usam a Diretriz Municipal, revistas pedagógicas e os RCNEIs.

“Planejo aulas para cada dia da semana, atividade pedagógica na parte da manhã, música e brincadeiras a tarde”. (Profissional 2 – CMEI B)

“Divido o tempo para fazer o diário de classe, preparar atividades, separar músicas, brinquedos e livros que usarei durante a semana”. (Profissional 5 – CMEI B)

Neste CMEI também não há um pedagogo que acompanhe diariamente o trabalho pedagógico.

Este grupo de seis educadores entende por alfabetização o ato de ensinar a ler e escrever, a aprendizagem das letras e o reconhecimento dos códigos da escrita e por letramento a inserção da criança no mundo da leitura e da escrita, a habilidade em práticas sociais e a interpretação e compreensão de diferentes textos. Acreditam que enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita, o letramento focaliza as práticas sociais.

O grupo possui a concepção de que é possível letrar sem alfabetizar e vice-versa, porém ambas devem acontecer juntas e que uma criança começa a ser alfabetizada e letrada de acordo com a sua capacidade individual, dependendo do ambiente em que vive e dos estímulos que recebe.

“Alfabetização e letramento devem acontecer juntos, porém o desenvolvimento da criança depende do meio em que ela vive sendo possível letrar sem alfabetizar.” (Profissional 5 – CMEI B)

“A criança pode ser alfabetizada e não ser letrada, tudo depende da capacidade individual de cada uma, do meio em que vive e dos estímulos recebidos.” (Profissional 1– CMEI B)

Os educadores do CMEI B foram questionados sobre quais atividades propõem para as crianças onde a língua escrita e falada estão presentes e obteve como resposta: a rotina como chamada e crachá, atividades como manuseio de livros, roda de conversa, música, contação de história, produção de desenho livre e brincadeiras.

Para este grupo de seis (6) educadores foi aplicado um questionário levando em consideração Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil visando saber o quanto é proporcionado à criança experiências agradáveis, variadas e estimulantes com a linguagem oral e escrita.

Através deste verificou que neste grupo de profissionais, três (3) fazem a leitura de diferentes gêneros para as crianças apenas uma vez na semana, um (1) incentiva as crianças a manusear livros, revistas e outros textos diariamente, três (3) criam oportunidades para o contato das crianças com a palavra escrita sendo que o berçário não possui esta prática. Um (1) incentiva as crianças a “produzir textos” mesmo sem saber ler e escrever e cinco (5) promovem momentos onde as crianças maiores, individualmente ou em grupos, possam contar, recontar histórias e narrar situações.

Como no CMEI A, neste CMEI também houve diferença do foi dito na entrevista e assinalado no questionário.

Todos os profissionais do CMEI A e B participaram da capacitação profissional, de quarenta (40) horas/ ano, oferecida pela Secretaria de Educação do município. Porém no ano de 2012 não houve nenhuma palestra ou oficina específica de leitura e escrita na Educação Infantil

Após levantamento dos dados obtidos através da entrevista (ANEXO I) e dos questionários (ANEXOS I e III) fiz um contraponto com o que foi observado durante as visitas realizadas nos dois CMEIs. O mesmo será relatado a seguir.

3.2O que foi observado

A observação do trabalho pedagógico se deu em visitas periódicas aos CMEIs no ano letivo de 2012 e percebeu-se um trabalho com a linguagem escrita com a intenção apenas de domínio do código escrito e de sua transcrição, apenas. As práticas pedagógicas desenvolvidas em ambos os CMEIs são, na sua maioria, de aspectos mecânicos da alfabetização desprovidos do letramento e que desconsideram os eixos norteadores da Educação Infantil: as interações e as brincadeiras, como é possível visualizar nos exemplos a seguir:



COLORINDO QUANTIDADES

A PROFESSORA CÉLIA GUARDA SEUS OBJETOS DENTRO DE POTES. PINTE OS OBJETOS DE ACORDO COM O NUMERAL QUE ESTÁ NA TAMPA DE CADA POTE.

PINTE DA MESMA COR OS PEIXINHOS QUE TÊM OS ENCONTROS VOCÁLICOS IGUAIS.

NA LISTA DE PALAVRAS, CIRCULE O ENCONTRO VOCÁLICO INDICADO NAS FICHAS.

ÃO	PÃO - CORAÇÃO - BALÃO - MÃO
EI	QUEIJO - BEIJO - DINHEIRO - GANHEI
AU	PAUTA - FLAUTA - BAU - PAU
AI	BALE - CAI - PAPEI - CASPIRA
EU	CÉU - CHAPÉU - FINEI - DOEU
OA	CANÇÃO - LAGOA - PESSOA - GARDIA

A VOGAL I

VAMOS CANTAR?

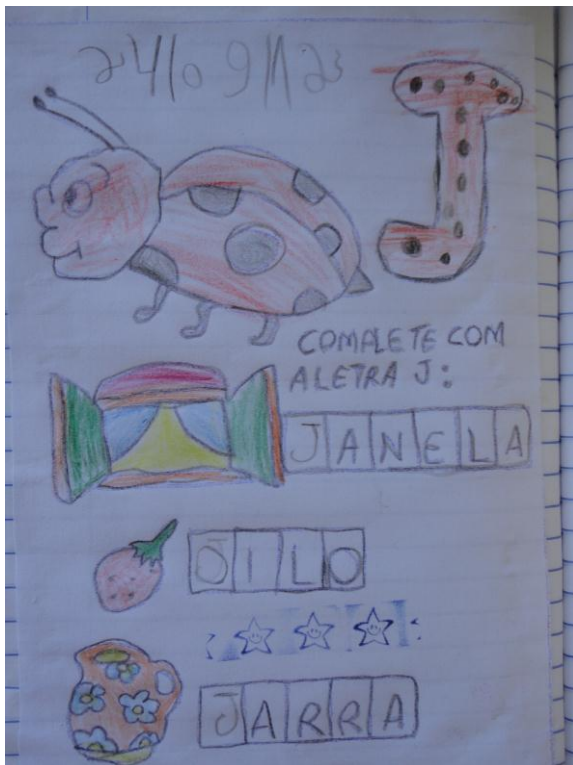
ESTA É A VOGAL I,
MUITO FÁCIL DE APRENDER.
ESTÁ NO ÍNDIO E NA IGREJA,
NA ILHA E NO IOIÓ!

(Música: A consoa virou - Faixa 10 no CD)
Solagne Valadares

LIGUE AS FIGURAS QUE SE INICIAM COM A LETRA I À VOGAL EM DESTAQUE.

CMEI A – PRÉ II (5 ANOS)

Atividades pedagógicas inadequadas muito semelhantes as das séries iniciais do Ensino Fundamental.



CMEI B – PRÉ II (5 ANOS)

Atividades pedagógicas inadequadas muito semelhantes as das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Observou-se, ainda, que as crianças não usavam com regularidade o pátio coberto ou o parquinho. Questionados sobre esta situação, obtive as seguintes respostas:

“Vamos ao parquinho quando dá tempo, geralmente no final do dia. Temos muitas atividades pedagógicas (livro e caderno) para fazer.” (Profissional do CMEI A)

“Sorte das crianças da escola porque têm o recreio para brincar, aqui no CMEI tem tanta coisa para fazer que raramente saímos da sala, ainda mais que a turma é parcial.” (Profissional do CMEI B)

“Os pequenos vão pouco porque é perigoso e os maiores vão pouco porque não dá tempo.” (Profissional do CMEI B)

A partir destas falas, observamos que as brincadeiras são deixadas em segundo plano, priorizando atividades de leitura e escrita, sem significação para a criança, de forma mecanizada e sistemática contrariando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que estabelecem os eixos brincadeiras e

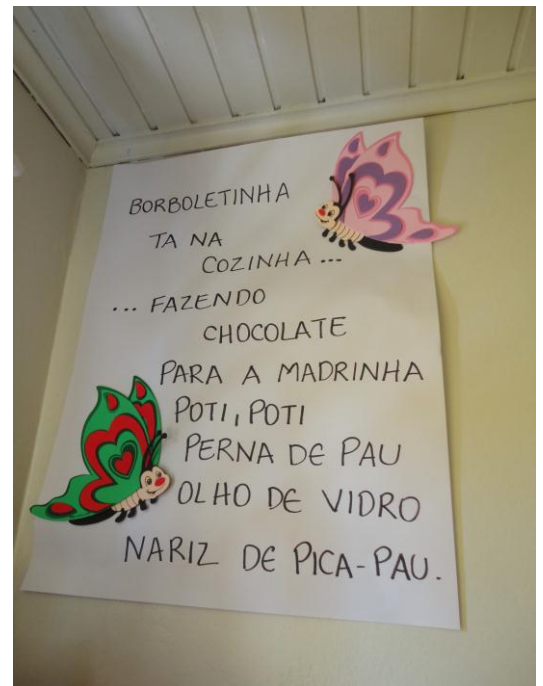
interação como forma privilegiada de aprendizagem na educação infantil. “As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira.” (BRASIL, 2010, p. 25)

Não se observou durante as visitas nenhuma atividade com material impresso além do livro didático como livros, revistas, gibis, embalagens, entre outros onde as crianças pudessem manusear ou brincar de ler. O compromisso com o preenchimento do livro era prioridade para o educador.

O tempo da rotina destinada à linguagem escrita era diário, mas visava a realização de atividades ora no caderno, ora no livro didático com uma concepção mecanicista da educação.

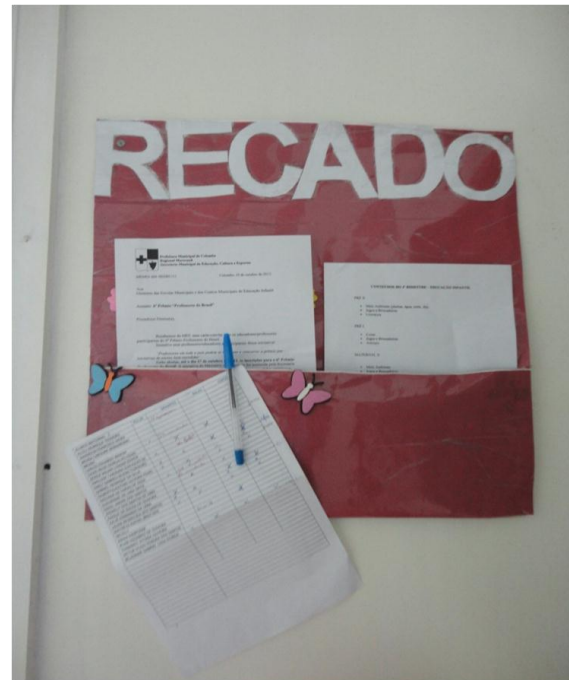
O trabalho com a linguagem oral foi percebido durante a chegada das crianças aos CMEIs, na roda de conversa e nas músicas. Presenciei poucos momentos de contação de história e, quando isso ocorreu, a prática se resumia apenas à leitura do texto com a exposição das imagens.

A linguagem escrita aparece por todos os espaços dos dois CMEIs com a intenção decorativa, para a criança, e/ou informativa, para o adulto.



CMEI A – MATERNAL II (3 ANOS)

Textos preso no alto porque, segundo a professora, embaixo as crianças rasgam.



CMEI B – MATERNAL I (2 ANOS)

CMEI A – PRÉ II (5 ANOS)

Texto informativo na parede de uma das salas para organização do educador.



CMEI B – Texto com função informativa para a criança e/ou orientadora para o adulto.



CMEI B – MATERNAL I (2 ANOS)
Material apenas ilustrativo



CMEI B – BERÇÁRIO (1 ANO)
Material apenas ilustrativo



CMEI B – PRÉ II (5 ANOS)

Calendário sem função considerando que a foto foi tirada em 23 de outubro de 2012.





CMEI B – PRÉ I (4 ANOS)

Calendário e painel sem função considerando que a foto foi tirada em 24 de setembro.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil as práticas pedagógicas devem:

“garantir experiências que possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos.” (BRASIL, 2010, p. 25)

Porém, constatei que em algumas salas há material escrito com acesso à criança, mas apenas decorativo, não presenciei seu uso em nenhuma das visitas.



CMEI B – MATERNAL I (2 ANOS)

Devem, ainda, garantir experiências que “ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas.” (DCNEI, 2010, p. 26) Mas, o observado foi uma organização de sala com modelo tradicional com carteiras uma atrás da outra dificultando a troca de experiências, interação e diálogo entre as crianças e/ou uma organização de sala não pensada na criança, na interação entre pares, mas sim no tamanho da mesma.



CMEI A – PRÉ II (5 ANOS)



CMEI B – PRÉ II (5 ANOS)

Outro item que merece atenção nesta pesquisa é o planejamento. Como já mencionado anteriormente não há no CMEI um pedagogo que acompanhe o trabalho docente. O pedagogo que consta no quadro de funcionários do CMEI é um funcionário lotado na Secretaria Municipal de Educação que faz um trabalho itinerário. O mesmo é responsável por dez (10) CMEIs e geralmente visita cada um dos CMEIs uma (1) ou duas (2) vezes no mês além de participar das atividades pertencentes há uma Secretaria de Educação.

Todo planejamento na Educação Infantil deve considerar a criança como sujeito histórico e de direitos e ter como eixos orientadores as interações e a brincadeira. Planejar é promover/organizar ambientes de aprendizagens e isso requer reflexões sobre a criança e sobre o currículo. Assim,

“A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura.” (BRASIL, 2009, p. 06)

Os educadores no Município de Colombo recebem formação bimestral sobre planejamento onde discutem os conteúdos do bimestre e elaboram um projeto bimestral para cada turma.

Tal projeto deveria servir como base para um planejamento semanal ou diário, o que não foi constatado durante as observações. Cada professor faz seu planejamento como achar pertinente. Porém todos os planejamentos, do Maternal I ao Pré II de ambos os CMEIs, tinham o livro como fio condutor do trabalho pedagógico.

Os planejamentos, ainda, não contemplam o brincar como forma privilegiada de aprendizagem desconsiderando o lúdico, a imaginação e a interação.

“Uma atividade muito importante para a criança pequena é a brincadeira. Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. (BRASIL, 2009, p. 07)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre o papel do professor na produção escrita da criança de Educação Infantil conceituando alfabetização e letramento e discutindo práticas pedagógicas voltadas à linguagem oral e a linguagem escrita em dois CMEIs. Para tanto, foi verificado o que dizem os documentos elaborados pelo Ministério da Educação - MEC (BRASIL 1998; 2006; 2009; 2010) documentos que orientam a Educação Infantil e alguns autores que tratam da temática como BAPTISTA (2010); BRITTO (2005); SOARES (2004; 2011; 2012); FERREIRO (2011); TFOUNI (2006); KRAMER (2001).

Com base nos dados coletados e nas observações realizadas é possível apontar algumas considerações:

A lei normatiza, organiza o sistema para a Educação Infantil, os autores fazem suas contribuições, mas na prática a construção da escrita e da leitura significativa ainda não acontece nestes dois CMEIs.

Em ambos os CMEIs o trabalho com a linguagem escrita tem a intenção de domínio do código escrito e de sua transcrição, que as práticas pedagógicas desenvolvidas são, na sua maioria, de aspectos mecânicos da alfabetização desprovidos do letramento e desconsideram os eixos norteadores da Educação Infantil: as interações e as brincadeiras.

Mesmo com os avanços que ocorreram, como o reconhecimento da criança enquanto cidadã na legislação, a inserção da Educação Infantil na Educação Básica, a cobrança de uma formação adequada para trabalhar com os pequenos, a produção de material que orienta a prática pedagógica estamos longe de ser uma educação modelo.

Talvez, o uso do livro didático e a formação continuada podem estar dificultando que os professores realmente entendam os conceitos sobre alfabetização e letramento e a forma de praticá-los. Outro ponto limitador para a conquista desta educação modelo é a falta de um pedagogo no CMEI que acompanhe diariamente o trabalho docente.

Faz-se necessário explicar que educação modelo, nesta pesquisa, é uma educação que reconheça que a alfabetização vai além do domínio do sistema de

escrita, que envolve compreensão quanto ao seu uso e sua função social. Alfabetizar inclui letrar, ambas são indissociáveis e complementares tal qual cuidar e educar.

Uma alfabetização comprometida com as diversas formas de aprender da criança, que valoriza a brincadeira e a interação.

Alfabetizar não se restringe à decodificação à aplicação de rituais repetitivos de escrita, leitura e cálculo. A criança não compreende as situações que a rodeiam, não identifica os objetos e se expressa de várias formas antes de falar? Simultaneamente, diversas tentativas de produção da escrita e diversificadas experiências de ler antecedem a leitura/escrita da criança. (Kramer, 2001, p. 98)

Cabe ao professor de Educação Infantil compreender que a alfabetização vai além do domínio da leitura e da escrita, que suas práticas devem estar voltadas, sobretudo, ao letramento.

É importante pensar sobre o que antecede a escrita dos pequenos e assim promover situações de aprendizagens que envolvam e valorizam os gestos, a fala, o desenho e as brincadeiras.

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento conforme experimenta sensações de desconforto ou de incerteza diante de aspectos novos que lhe geram necessidades e desejos, e lhe exigem novas respostas. Assim busca compreender o mundo e a si mesma, testando de alguma forma as significações que constrói, modificando-as continuamente em cada interação, seja com outro ser humano, seja com objetos.

Uma atividade muito importante para a criança pequena é a brincadeira. Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. (BRASIL, 2009, p.7)

A Educação Infantil é a porta de entrada ao mundo letrado, porém há de considerar que as crianças não se desenvolvem no mesmo ritmo, elas também apresentam diferenças individuais desde muito pequeninas.

Por isso, uma educação modelo é sabedora de que o desenvolvimento de uma criança depende das possibilidades que ela tem.

Esta educação deve prever, ainda, um ambiente pensado e organizado para uma criança cidadã e, portanto, uma criança que tem voz e vez na Educação Infantil e profissionais conhecedores de seus direitos e deveres com esta criança.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. C. A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância. **Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas atuais.** Belo Horizonte, novembro 2010.

BRASIL. MEC, SEF. **Referencial Curricular para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF. 1998.

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, MEC. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 07/12/12.

BRASIL, MEC. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil /** Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil /** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

BRASIL, MEC, **PARECER CNE/CEB Nº 20/2009 /** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2009.

BRITTO, L. P. L, Letramento e alfabetização. In: FARIA, A. L. G; MELLO, S. A. (org.). **O mundo da escrita no universo da pequena infância.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.p 5-21.

CAMPOS, M. M. **Creches e pré-escolas no Brasil /** Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg, Isabel M. Ferreira - São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1993.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2011 b. Coleção questões da nossa época, v.6.

KRAMER, S. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso.** 1. Ed. São Paulo: Ática 2001.

SABBAG, S. P. CRECHES, Surgimento, Evolução e Perspectivas. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte Minas Gerais V.3 N. 14 p. 13 e 14, Mar e Abr, 1997.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, 3. Ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2012.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Educ.** Abr. 2004, n.25, p.5-17.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 8. Ed. São Paulo, Cortez, 2006. Coleção Questões da Nossa Época ; v. 47.

Sites:

Constituição Federal de 1988, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm com acesso em agosto de 2012.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm com acesso em agosto de 2012.

Plano Nacional de Educação (PNE - 2001), disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm com acesso em agosto de 2012.

Programa Dinheiro Direto na Escola, disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&id+12320 com acesso em agosto de 2012.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO “COLETA DE DADOS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL”

1- Sobre você:

<p>1. Nome: _____</p> <p>2. Sexo: F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/></p> <p>3. Idade: _____</p>
--

2- Sua formação:

<p>1. Ensino Médio: Formação Geral <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Magistério <input type="checkbox"/></p> <p>2. Ano de início: _____</p> <p>3. Ano de conclusão: _____</p> <p>4. Instituição em que concluiu _____</p> <p>5. Possui Graduação? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>6. Concluída? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Cursando <input type="checkbox"/></p> <p>7. Em que área? _____</p> <p>8. Ano de início: _____</p> <p>9. Ano de conclusão do curso: _____</p> <p>10. Instituição em que concluiu _____</p> <p>11. Fez pós-graduação? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>12. Concluída? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Cursando <input type="checkbox"/></p> <p>13. Qual? _____</p> <p>14. Ano de início: _____</p> <p>15. Ano de conclusão: _____</p> <p>16. Instituição em que concluiu _____</p> <p>17. Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/></p> <p>18. Concluído? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Cursando <input type="checkbox"/></p> <p>19. Em que área? _____</p> <p>20. Ano de início: _____</p> <p>21. Ano de conclusão: _____</p> <p>22. Instituição em que concluiu _____</p>

3- Atividades profissionais:

1. Qual é a sua carreira de atuação na Secretaria Municipal de Educação de Colombo? Professor Educador Outros

1.1 Qual _____

2. Há quantos anos você exerce o Magistério? _____

3. Há quanto tempo você trabalha na Educação Infantil? _____

4. Há quanto tempo você trabalha no Município de Colombo? _____

5. Já trabalhou ou trabalha em outra Instituição de Ensino? _____

6. Pública ou Privada? _____

7. Por quanto tempo? _____

7.1. Nome da Instituição: _____

8. Sempre lecionou na Educação Infantil? S N

9. Estar na Educação Infantil foi sua opção? S N

10. Há quanto tempo exerce docência nos CMEIS do município de Colombo?

11. Há quanto tempo você está neste CMEI? _____

12. Em qual turma? _____

13. Há quanto tempo você está nesta turma?: _____

14. Você trabalha nesta turma por:

a. Por opção b. Por solicitação do CMEI

c. Outros Especifique _____

15. Com quais outras classes/turmas você já trabalhou em CMEIS e por quanto tempo?

ANEXO II – ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome:

Turma:

1 - Qual é a sua concepção de Educação?

2 - Para você, o que é Educação Infantil?

3 - Quais são os eixos da Educação Infantil?

4 - Você faz hora atividade (permanência) no CMEI?

5 - Qual é o tempo?

6 - Como você organiza a sua hora atividade?

7 - Você usa material teórico para auxiliar/embasar a sua prática pedagógica?
Quais?

8 - O que você entende por alfabetização?

9 - O que é letramento?

10 - No que eles se diferem?

11 - É possível letrar sem alfabetizar ou vice-versa?

12 - No seu ponto de vista, quando uma criança começa a ser alfabetizada e letrada?

ANEXO III – QUESTIONÁRIO “PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA”

Com que frequência você, professor:

1 - Lê livros, de diferentes gêneros, para as crianças?

- Diariamente 1 vez na semana 3 vezes na semana
 1 vez a cada 15 dias 1 vez no mês

2 - Conta histórias, de diferentes gêneros, para as crianças?

- Diariamente 1 vez na semana 3 vezes na semana
 1 vez a cada 15 dias 1 vez no mês

3 - Incentiva as crianças a manusear livros, revistas e outros textos?

- Diariamente 1 vez na semana 3 vezes na semana
 1 vez a cada 15 dias 1 vez no mês

4 - Cria oportunidades prazerosas para o contato das crianças com a palavra escrita?

- Diariamente 1 vez na semana 3 vezes na semana
 1 vez a cada 15 dias 1 vez no mês

5 - Incentiva as crianças a “produzir textos” mesmo sem saber ler e escrever?

- Diariamente 1 vez na semana 3 vezes na semana
 1 vez a cada 15 dias 1 vez no mês

6 - Promove momentos onde as crianças maiores, individualmente ou em grupos, possam contar, recontar histórias e narrar situações?

- Diariamente 1 vez na semana 3 vezes na semana
 1 vez a cada 15 dias 1 vez no mês

7 - Que atividades você propõe para a turma onde a língua escrita e falada estão presentes?
